

Trata-se da consolidação dos levantamentos jurídicos pela equipe do Departamento Jurídico no âmbito do Observatório Jurídico do Agro Paulista (OJA/FAESP). O objetivo é apresentar, de forma sintética e padronizada, os principais destaques nas jurisprudências dos tribunais relevantes para o setor.

JURISPRUDÊNCIA

1. Ex-funcionária não será indenizada por uso de imagem em ações trabalhistas

💡 TST reverteu decisão do regional entendendo que a utilização de imagens de trabalhadora em processos judiciais, sem conteúdo vexatório ou ofensivo, não gera indenização por danos morais.

📌 **Relevância:** O julgamento delimita os contornos do direito de imagem em contexto laboral, destacando que a simples exibição em peças processuais, sem intuito de exposição indevida, não caracteriza ilícito.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/guarda-portuaria-nao-sera-indenizada-por-uso-de-imagem-em-acoes-trabalhistas>

2. Empregador não é responsável por regularidade de caminhões de transportadoras

💡 TST não admitiu recurso do Ministério Público do Trabalho para que a Raízen adotasse medidas de segurança em caminhões que transportam sua cana-de-açúcar. De acordo com o colegiado, há um contrato de natureza comercial, e o empregador não responde por veículos não lhe pertencem.

📌 **Relevância:** O Pleno do TST firmou a tese vinculante (Tema 59) de que o contrato de transporte de cargas, por ter natureza comercial, e não de prestação de serviços, afasta a terceirização, impedindo a responsabilização subsidiária da parte contratante.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/industria-canavieira-nao-e-responsavel-por-regularidade-de-caminhões-de-transportadoras>

3. Professor beneficiário da justiça gratuita pagará honorários advocatícios na execução

💡 Para a 5ª Turma do TST, o benefício tem efeito somente a partir de sua concessão.

📌 **Relevância:** A decisão reforça que a concessão da justiça gratuita, não retroage para alcançar decisões já transitadas em julgado, preservando a segurança jurídica e a imutabilidade da coisa julgada.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/professor-que-obteve-justica-gratuita-na-fase-de-execucao-tera-de-pagar-honorarios-advocaticios>

4. Motorista receberá hora integral por intervalo de apenas 20 minutos

💡 O TST confirmou o direito ao pagamento da hora integral quando o intervalo intrajornada mínimo não é respeitado.

📌 **Relevância:** A decisão reafirma que normas coletivas não podem reduzir o intervalo intrajornada mínimo de 30 minutos, no contexto da Lei dos Motoristas (Lei 13.103/2015). O TST considerou inválida a cláusula coletiva que previa intervalo de apenas 20 minutos ou seu fracionamento, alinhando-se ao entendimento do STF na ADI 5322, que fixou a obrigatoriedade de pausa mínima para proteção da saúde e segurança desses trabalhadores.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/motorista-de-onibus-recebera-hora-integral-por-intervalo-de-apenas-20-minutos>

5. Acordo de quitação geral sem advogado é anulado

💡 O TST anulou acordo firmado sem assistência jurídica para homologação, entendendo imprescindível a presença de advogado para validade do termo.

📌 **Relevância:** O acordo foi juntado ao processo pela própria trabalhadora, que não questionou sua validade. O tribunal regional considerou que a transação era válida e eficaz. No entanto, o TST entendeu que, mesmo na ausência de alegação expressa de nulidade do acordo pela trabalhadora, cabe ao juiz analisar a validade do ato, independentemente da argumentação das partes.

🔗 <https://www.tst.jus.br/en/-/sem-advogado-acordo-de-quitacao-geral-entre-cuidadora-e-filha-de-idosa-e-anulado>

6. TJSP mantém obrigação de recuperação ambiental definida em Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental-TCRA e rejeita pedido de redução de área desmatada

💡 O TJSP manteve a validade dos Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRAs) firmados após desmatamento, rejeitando o pedido das empresas de reduzir a área a ser recomposta por falta de prova suficiente para afastar os autos de infração, reforçando a presunção de legitimidade dos atos da CETESB e a proporcionalidade da obrigação.

📌 **RELEVÂNCIA:** O acórdão destaca a força vinculante dos TCRAs e a dificuldade de rever obrigações pactuadas sem prova técnica robusta, sendo importante avaliar com rigor laudos e autos de infração antes da assinatura.

🔗 [1008775-02.2022.8.26.0071](#)

7. TJSP valida compensação ambiental em Área de Preservação Permanente-APP e afasta pedido de demolição de galpões industriais

💡 O TJSP manteve a validade de Termos de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA) firmados com a CETESB por empresa cujas construções avançaram em área de preservação permanente, entendendo que a compensação ambiental foi adequada e mais proporcional que a demolição dos galpões. Ainda, constatou-se ausência de ilegalidade ou vício nos atos administrativos e cumprimento integral das obrigações ambientais.

📌 **RELEVÂNCIA:** O acórdão reforça a possibilidade de soluções compensatórias em casos de intervenção consolidada em APP, desde que tecnicamente justificadas e pactuadas com o órgão ambiental.

🔗 [1000436-08.2015.8.26.0198](#)

8. TRF-3 confirma demolição, reflorestamento e indenização por danos ambientais em Área de Preservação Permanente-APP

💡 O TRF-3 confirmou a obrigação de demolir construções, reflorestar a área e não realizar novas intervenções, além de indenizar pecuniariamente pelos danos ambientais. O acórdão aplicou a Súmula 629 do STJ, reconhecendo a possibilidade de cumular reparação material e financeira.

📌 **RELEVÂNCIA:** O caso reforça a rigidez na proteção das APPs e a possibilidade de cumulação de sanções ambientais (obrigação de fazer e indenização)

🔗 [0002885-08.2013.4.03.6112](#)

9. TJSP autoriza suspensão de CADIN e protestos mediante seguro garantia em multa ambiental

💡 A 2ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente do TJSP deu provimento a agravo de empresa que permitiu suspender inscrição no CADIN e protestos relativos à multa ambiental. O tribunal entendeu que, sendo crédito administrativo, é válida a apresentação de seguro garantia judicial como caução idônea, assim, a empresa assegura regularidade fiscal enquanto discute judicialmente a multa.

📌 **RELEVÂNCIA:** Confirma que multas ambientais podem ter efeitos suspensos com garantia via seguro, reduzindo impactos imediatos sobre a atividade produtiva e com a possibilidade de recorrer ao seguro garantia como instrumento jurídico-financeiro.

🔗 [2181193-40.2025.8.26.0000](#)

10. TJSP mantém validade de licenças ambientais em condomínio em área de Mata Atlântica

💡 O TJSP negou recurso do Ministério Público e manteve decisão que reconheceu a regularidade de empreendimento imobiliário em São Sebastião, acusado de suprimir vegetação em APP da Mata Atlântica. Laudo pericial confirmou ausência de passivo ambiental e a validade das autorizações emitidas pelos órgãos competentes, desta forma, foi afastada a demolição das construções e a obrigação de reparação ambiental.

📌 **RELEVÂNCIA:** Reforça a importância de laudos técnicos e licenças ambientais válidas para a segurança jurídica de empreendimentos.

🔗 [0006686-47.2010.8.26.0587](#)

11. STJ concede liminar para suspender reintegração de posse em disputa de terra quilombola

💡 O presidente do STJ concedeu liminar suspendendo uma ordem de desocupação em área quilombola que é alvo de disputa entre quilombolas e proprietários rurais. Em ação que tramita no TRF da 2ª Região foram declarados nulos os títulos de domínio de terras devolutas, que supostamente envolveriam fraude, enquanto o Incra confirmou que há processos de titulação e demarcação em curso para comunidades quilombolas na região.

📌 **RELEVÂNCIA:** Ressalta o papel do poder público em disputas agrárias, podendo afetar como são tratados títulos de terra concedidos pelo estado, especialmente se houver

nulidades e afeta diretamente a propriedade rural, o uso da terra e a segurança jurídica no setor agropecuário.

🔗 <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2025/16092025-Liminar-suspende-reintegracao-de-posse-de-area-em-disputa-com-quilombolas.aspx>

12. Juíza decide que devedor rural tem direito à prorrogação de dívida, com base em súmula do STJ e na teoria da imprevisão

💡 Juíza concedeu liminar que impede um banco de cobrar dívidas rurais de um produtor que sofreu perdas significativas na safra, fundamentado na Súmula 298 do STJ. O produtor teve prejuízo por estiagens e oscilações climáticas, atrasou parcelas e solicitou prorrogação do vencimento das dívidas, pedido que havia sido negado pelo banco.

📌 **RELEVÂNCIA:** A decisão considera que prova documental de perdas extraordinárias autoriza a suspensão da cobrança e da inclusão em cadastros de inadimplência, podendo ser invocado em casos similares de perdas de safra e fortalece demandas por prorrogação de dívidas.

🔗 <https://www.conjur.com.br/2025-set-12/prorrogacao-de-divida-rural-e-direito-do-devedor-diz-juiza/>